

Associação Nacional:

Veja que Estados a AASPTJ-SP já visitou e como os debates estão sendo encaminhados. *Página 5*

CNJ inicia inspeção no TJ-SP

Acompanhe como foi o início da inspeção. *Página 7*



30 horas Psicologia *Página 6*

Campanha Salarial *Página 2*



Ivan Sartori recebe AASPTJ-SP

Saiba tudo o que a Associação discutiu com o presidente do Tribunal.

Página 4



Ivan Sartori discute pauta de reivindicações com entidades

Procurando dar fiel cumprimento às deliberações de seus associados, a AASPTJ-SP está desenvolvendo intenso trabalho para a valorização dos assistentes sociais e psicólogos que atuam no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e na área sociojurídica em geral. A partir da contribuição de inúmeros(as) colegas que atuam no Tribunal de São Paulo, a Associação acumula saberes e protagoniza ações na busca de superação de situações de trabalho que mais aviltam as prerrogativas profissionais e violam direitos dos usuários do Judiciário do que realmente servem ao *fazer justiça*, como é o caso do Centro de Visitas Assistidas – CEVAT. Outra frente de cuidados com os interesses desses profissionais tem sido a defesa jurídica em processos administrativos, éticos e também nos de caráter de filiação funcional, como foi a recente vitória no caso de um grupo de contratados pela Lei 500. Além disso, a AASPTJ-SP alia seus esforços aos das demais entidades representativas de servidores do TJ-SP e participa com protagonismo efetivo nas reuniões com o Tribunal em questões que dizem respeito aos direitos trabalhistas de todos, como o Instituto da Remoção, por exemplo. Avançando em suas atuações que buscam o fortalecimento do Serviço Social e da Psicologia nessa área, a Associação tem priorizado também a luta pelas 30 Horas dos psicólogos, bem como as iniciativas para a construção de uma Associação Nacional, que poderá representar as duas categorias em importantes debates e deliberações que digam respeito a temas com os quais trabalha em seu cotidiano, como por exemplo, interface da Justiça com as políticas públicas de assistência social, saúde e educação; crescente judicialização das expressões da questão social; criminalização da pobreza; Estado Penal em detrimento ao Estado Social; escuta de crianças em caso de abuso sexual; políticas efetivas para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária; Sistema socioeducativo e penitenciário, bem como o aviltamento das condições de trabalho e remuneração desses profissionais em todos esses espaços sócio ocupacionais. A Diretoria da Gestão Participação e Compromisso vem conseguindo renovar a cada dia suas energias para essa importante caminhada em direção às conquistas tão almejadas, porque alimenta-se da esperança e da certeza de assistentes sociais e psicólogos de que seu fazer profissional tem muito a contribuir com as mudanças desta sociedade ainda tão injusta e desigual.

No início de junho, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Sartori voltou a reunir-se com as entidades representativas dos servidores do Judiciário paulista. Desta vez para discussão da pauta de reivindicações da categoria, entregue ao TJ-SP após a realização de assembleia geral, ocorrida no dia 28 de março. Também participaram da reunião o desembargador Willian Roberto de Campos e os juízes assessores da presidência, Guilherme de Macedo Soares e Roberto Chiminazzo Júnior e o diretor assessor do gabinete da Presidência, Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar.

A tônica da reunião foi o pagamento do passivo que o TJ-SP deve aos servidores (residual de 10,27% e quitação dos 4,77% advindos da implantação da reposição salarial de 2010, entre março e novembro). Sartori afirmou que ainda não será possível pagá-lo, mas que continuará as tratativas com o governo para que se quite este débito.

No entanto, de acordo com o presidente e seus assessores, o Tribunal iniciaria em junho, por meio de folha suplementar, o pagamento de 10 dias de férias e/ou licença-prêmio em prestações mensais. A verba necessária sairá do Fundo Especial do TJ, o que é inédito na história do Judiciário paulista. Porém, as diferenças do FAM (Fator de Atualização Monetária) não podem ser quitadas com esta verba.

Outras questões abordadas na reunião:

Instituto de Remoção

O presidente informou que a análise do projeto elaborado pelas entidades junto à diretoria de recursos humanos do TJ-SP para o Instituto de Remoção está em fase final. A implementação do Instituto depende de algumas questões técnicas que, segundo assessores, já estão sendo resolvidas.

Punição de servidores pela greve de 2010

Sobre os servidores que sofreram processo administrativo por atos e manifestações da greve de 2010, o desembargador esclareceu que os processos serão arquivados, cumprindo o acordo homologado no dissídio coletivo.



Camilla Marques/Assobus

Auxílio-saúde

Outro ponto colocado pelas entidades foi sobre a necessidade de reajuste do valor do auxílio-saúde, que não é atualizado há anos. Sartori ficou de estudar a majoração do valor, bem como de analisar a proposta das entidades de que seja feita de forma escalonada, por faixa etária.

Assistentes sociais e psicólogos

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, solicitou ao presidente audiência com a Associação para tratar especificamente de assuntos de interesse dos assistentes sociais e psicólogos. O presidente recebeu a Associação no dia 24 de julho. Veja a reportagem neste jornal.

Comissões paritárias

Outra deliberação da reunião foi a criação de comissões paritárias composta por representantes das entidades para discussão de questões pontuais com membros do TJ-SP. No dia 20 de junho as entidades reuniram-se para formar as seguintes comissões: de Orçamento, Plano de Cargos e Carreiras (que inclui as questões relacionadas ao instituto de remoção e avaliação de desempenho), Condições de Trabalho (com os temas insalubridade, assédio moral e organização por local de trabalho), Oficiais de Justiça (com os integrantes do grupo que já vem se reunindo com o Tribunal), Estenotipistas e Pesquisadores, Aposentados e Pensionistas e Assistentes Sociais de Psicólogos. Um ofício com a composição das comissões foi protocolado junto à assessoria da Presidência solicitando agendamento das reuniões.

Pauta de reivindicações

1. Índice da perda inflacionária acumulada – 10,27%;
2. Fixação de um cronograma de pagamento das verbas indenizadas – um dos grandes problemas que afligem uma grande parcela dos funcionários é quanto a questão do pagamento das verbas indenizadas, passivo de R\$ 2.274.848.483,00, conforme relatório de proposta orçamentária – detalhado, para o exercício de 2012;
3. Arquivamento imediato dos procedimentos administrativos instaurados contra servidores em decorrência da greve, por seus atos e manifestações, em cumprimento do acordo levado a efeito no processo de dissídio coletivo nº 10.205854-9;
4. Revisão do plano de cargos e carreiras dos servidores com a readequação das tabelas salariais;
5. Pagamento imediato de direito ou benefício na folha de pagamento seguinte à aquisição/concessão, tais como férias e licença prêmio;
6. Equiparação dos salários de agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário VI), agente de serviço judiciário (auxiliar judiciário I), agente operacional judiciário (auxiliar judiciário II) e agente administrativo judiciário (auxiliar judiciário III, IV e V), correspondentes aos cargos ou funções que se encontram ou estiverem em desvio de função;
7. Aumento real de salário;
8. Instituição de normas de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à Saúde e Condições de Trabalho, nos moldes das CIPAs, com representantes eleitos;
9. Liberação do ponto para atendimento médico no IAMSPE;
10. Intervalo de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados em digitação, para descanso e prática de ginástica laboral;
11. Criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossocial nos prédios de trabalho;
12. Que seja obrigação do TJ fornecer aos servidores banheiros e vestiários (quando necessário) adequados e água potável;
13. Melhoria das condições de segurança dos prédios dos fóruns;
14. Recuperação do índice de 20% da Taxa Judiciária destinado aos oficiais de justiça para rateio para pagamento das diligências efetuadas nos mandados gratuitos. (PL. 11/2010);
15. Formular expediente junto ao TJ-SP para regulamentar, de imediato, as averbações referentes à Licença Premio dos Servidores;
16. Equiparação salarial com os trabalhadores da Justiça Federal.
17. Reajuste nos valores dos Auxílios:
 - a) Auxílio transporte no valor de quatro (4) conduções por dia com base no valor da passagem da Capital;
 - b) Auxílio Saúde no valor de R\$ 300,00 para o titular e 50% para os dependentes;
 - c) Auxílio creche-escola reajustado pelo INPC acumulado desde o último reajuste concedido e prorrogação do prazo de cobertura até os 10 anos de idade, extensivo a todos os servidores;
18. Incorporação do valor correspondente ao auxílio alimentação aos salários dos ativos, aposentados e pensionistas;
19. Reconhecimento pelo Tribunal de Justiça das OLT, Organização por Local de Trabalho, das comissões de prédios, com a liberação do ponto, sem desconto para os membros eleitos, para realização das reuniões e atividades;
20. Estabelecimento de cronograma de reuniões entre representantes dos servidores e a Comissão de Orçamento para acompanhamento da execução do orçamento anual, e intervenção na elaboração do Orçamento nas questões de interesse do funcionalismo;
21. Fim do Assédio Moral. Estabelecimento de canais dedicados, exclusivos e de composição paritária, com a finalidade de apurar as denúncias e encontrar soluções. Elaboração de campanha interna por parte do TJ aos Gestores;
22. Licença paternidade de 30 dias;
23. Fim das terceirizações, privatizações de setores e Oficiais de Justiça ad hoc;
24. Concursos públicos em regime urgência, para o preenchimento imediato dos quinze mil cargos vagos, visando cumprir a recomendação do Tribunal de Justiça de 300 processos por escrevente e de 500 por Oficial de Justiça;
25. Aplicação imediata, pelo Tribunal de Justiça em âmbito administrativo, de questões já decididas por Cortes Superiores do País, com o imediato enquadramento salarial e o pagamento dos valores devidos, evitando-se a necessidade de ações judiciais tais como, dentre outros:
 - a) sexta-parte e quinquênios sobre vencimentos integrais;
 - b) desvio de função;
26. Criação do cargo de Coordenador nas unidades da administração geral das Comarcas;
27. Adoção das medidas necessárias para garantir o direito ao recebimento de adicional de insalubridade e periculosidade para cargos, funções e atividades, conforme previsto nos seus respectivos estabelecidos pela legislação trabalhista;
28. Por dedicação especial do Tribunal na aprovação urgente do PLC 49/2009, que estabelece a criação e nomeação dos cargos de assistentes sociais e psicólogos;
29. Estabelecimento, a todos os servidores, de programas de supervisão e capacitação aos assistentes sociais e psicólogos judiciários;
30. Extensão do curso de capacitação e especialização para todos os servidores;
31. Extensão aos Psicólogos da jornada de 30 horas semanais, conquistada pelos Assistentes Sociais, por decisão judicial;
32. Comissões paritárias, com representantes dos trabalhadores e do Tribunal de Justiça, para analisar assuntos que envolvam direitos de servidores, entre outros:
 - a) para discussão sobre assuntos relativos aos Oficiais de Justiça;
 - b) para discussão sobre assuntos relativos aos Agentes de Segurança;
33. Fim da livre nomeação para os cargos de chefia. Criação de concursos internos, com critérios objetivos;
34. Fim do “cartório”, cartório que acumula mais de uma vara. Criação dos ofícios necessários para atender as necessidades das respectivas áreas;
35. Participação efetiva da categoria, por meio de representantes, nas decisões administrativas do Órgão Pleno, com direito à voz;
36. Jornada de trabalho dos Oficiais de Justiça com a inclusão do RETJ – Regime Especial de Trabalho Judicial;
37. Inclusão de representantes de entidades nas comissões de Salário e Finanças e Orçamento;
38. O pagamento dos plantões judiciais deverá ser feito no mês seguinte ao da realização do plantão. A função de agente administrativo também poderá atuar nos plantões judiciais;
39. Quando houver a realização de serviço que ultrapasse o horário normal do servidor, bem como quando houver a necessidade de locomoção para a realização de trabalho fora da Comarca onde estiver lotado o servidor, deverá ser pago integralmente – e em até cinco dias após o início do trabalho em deslocamento – o valor das respectivas diárias e sem prejuízos dos auxílios correntes assegurados ao servidor. Também nesses casos ocorrerá o computo de horas extras sempre que a jornada do servidor ultrapassar a jornada regular de trabalho do seu respectivo cargo;
40. Suspensão imediata da Avaliação de Desempenho. Criação de Comitê de Trabalho, com a participação de representantes da categoria eleitos em Assembleia, para rediscutir, normatizar e implementar as mudanças necessárias no Plano de Cargos e Carreiras e Avaliação de Desempenho;
 - a) Implementação no Plano de Cargos e Carreiras e Avaliação de Desempenho, de gratificação por títulos acadêmicos de graduação, mestrado e doutorado.
41. Permitir a utilização de horas credoras na compensação de atrasos.

Acompanhe passo a passo a Campanha Salarial 2012

15/12/2011

Última reunião da gestão do presidente José Roberto Bedran. Os assessores da Presidência receberam as entidades para comunicar que o TJ-SP rodaria uma folha suplementar ainda naquele mês com o pagamento do percentual de 6,43% referente aos meses de março e abril de 2011, que estavam pendentes. Também seria pago nesta folha cinco dias de férias em pecúnia para quem tivesse o direito de receber.

No entanto, umas das questões mais polêmicas durante as negociações da gestão Bedran continuou sem solução: Apesar de o termo “mutirão” constar no texto final do acordo do dissídio coletivo como uma das formas de compensação dos dias parados durante a greve de 2010, o Tribunal insistia que a reposição deveria ser feita hora a hora. As entidades elaboraram duas propostas de mutirão por cumprimento de metas, mas o TJ não as acatou. De acordo com o desembargador William Campos, Bedran sentiu-se “desconfortável” em mudar esta decisão com outro presidente (Ivan Sartori) já eleito.

18/01/2012

Reunidas, as entidades elaboraram ofício solicitando audiência com o presidente eleito, desembargador Ivan Sartori. Foram recebidas no Tribunal pelo assessor Ro-

drigo Capez, que afirmou a disposição do presidente em receber os representantes dos servidores.

20/01/2012

Ivan Sartori anuncia em reunião do Órgão Especial que iniciaria vistas a todo o Estado para conhecer *in loco* as dificuldades que refletem na prestação jurisdicional. Sua intenção era a de escutar os servidores e os principais problemas enfrentados por eles no dia a dia.

24/02/2012

Ivan Sartori recebe as entidades pela primeira vez. Anunciou que pretendia pagar o passivo dos servidores por meio de um carnê, assim como já ocorre com os juizes, bem como cumprir a data-base do período entre 2011 e 2012. Mas, tudo dependeria de uma reunião com o governador do Estado, Geraldo Alckmin.

Os representantes dos servidores novamente trouxeram o debate da reposição dos dias parados da greve de 2010 à tona. Acolhendo o ponto de vista das entidades, Sartori definiu que os grevistas cumprissem 40 horas de reposição até o próximo dia 31 de julho de 2012.

28/02/2012

Presidente do TJ-SP e governador do Estado reunem-se. Sartori saiu confiante. Afirmo que Alckmin não se oporia à criação de 2.199 cargos de assistentes

judiciários e ao novo valor de base salarial dos servidores, propostos pelo Tribunal.

20/03/2012

TJ divulga pelo Diário Oficial o índice de reposição salarial referente à data-base de 2012. No mesmo dia, o presidente recebeu as entidades para confirmar que o índice de reposição foi de 6,5%. Também anunciou que em setembro será concedido mais 1,5% de reposição, totalizando 8% de reajuste. O retroativo do 1,5% (março a agosto de 2012) será pago em dezembro. Além disso, o TJ-SP também concedeu um reajuste de R\$ 4,00 no vale-alimentação, que passou, então a ser de R\$ 29,00 por dia.

28/03/2012

Em assembleia geral servidores do Judiciário paulista aprovam pauta de reivindicações elaborada pelas entidades com 41 itens. Em seguida, os servidores seguiram para a Assembleia Legislativa para participar da audiência pública em Defesa dos Direitos e da Dignidade dos Servidores do Poder Judiciário. Organizada pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL), a audiência teve por objetivo debater os desmandos por parte do Tribunal e os privilégios à magistratura em detrimento aos servidores, como a recente portaria que retroage a 2006 o pagamento do auxílio alimentação aos juizes e desembargadores.

Presidente Ivan Sartori recebe AASPTJ-SP

No dia 24 de julho, o presidente do TJ-SP, desembargador Ivan Sartori recebeu a AASPTJ-SP para tratar de temas de interesse dos assistentes sociais e psicólogos. Representaram a Associação a presidente, Elisabete Borgianni, a primeira secretária, Maria Helena Correa, a primeira tesoureira, Esther Katayama, a assessora jurídica, Sonia Guerra e a assessora da Diretoria, Vilma Regina da Silva. Também acompanharam a audiência a secretária de recursos humanos do TJ, Lilian Salvador Paula e o assessor da Presidência Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar.

A pauta da reunião era longa e a presidente Elisabete iniciou o encontro entregando ao presidente exemplares dos livros: “O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário” e “Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes”, mostrando a importante produção de conhecimento dos assistentes sociais e psicólogos judiciários.

Em seguida, a diretora abordou a defasagem salarial dos assistentes sociais e psicólogos judiciários. A diretora demonstrou a diferença salarial entre a Justiça Federal e até mesmo de outros tribunais com o Judiciário de São Paulo. Sartori considerou o pleito justo e encarregou seus assessores de elaborarem um estudo com a possibilidade de se conceder um aumento na gratificação judiciária das duas categorias. “Os assistentes sociais e psicólogos são muito importantes para o Judiciário. Sem o trabalho de vocês não se faz nada no TJ”, comentou o desembargador.

Falou-se sobre o concurso para Serviço Social e Psicologia, cujo edital deve sair em breve. As diretoras da AASPTJ-SP levaram ao presidente a preocupação quanto à possível diminuição do salário dos assistentes sociais que forem aprovados nos próximos concursos por conta da redução da jornada do Serviço Social. O presidente ficou de verificar se há a possibilidade desta redução não ocorrer. A secretária Lilian afirmou que o concurso será para 168 assistentes sociais e 168 psicólogos, em todas as regiões do Estado. Elisabete lembrou ao presidente sobre o Projeto de Lei 49/09, que se encontra na ordem do dia na Assembleia Legislativa e que cria cargos para as comarcas do interior. O desembargador disse que este PL é um dos três prioritários do TJ e que vai pressionar a Alesp por sua aprovação.

Outro ponto discutido foi sobre uma possível redução da jornada da Psicologia, por simetria ao Ministério Público e à Fundação Casa, que já aplicam a jornada de 30 horas para seus psicólogos, sem redução de salário. Solicitaram também, que esta reivindicação seja atendida antes da publicação do

edital do concurso. O desembargador afirmou acreditar que seja possível atender à esta solicitação e encarregou Kauy e Lilian de estudarem a questão.

Outra determinação do presidente à sua assessora, a pedido da Associação, foi a publicação de uma portaria aos juízes diretores dos fóruns determinando o uso das viaturas para transporte dos assistentes sociais e psicólogos em trabalho cumulativo. Também solicitou um estudo para modificar o pagamento da diária destes profissionais por quilometragem.

Em seguida, falou-se sobre a situação do Cevat (Centro de Visitas Assistidas do TJ). As representantes da Associação entregaram a Sartori um documento elaborado pela AASPTJ-SP e alguns associados e um abaixo-assinado organizado solicitando o fim deste espaço. “O Visitário não é um espaço de atuação técnica. Os assistentes sociais e psicólogos acabam por exercer um papel meramente fiscalizador. Aquele ambiente é ruim para profissionais, crianças e família. Há outras formas de atuação para casos assim”, pontuou Elisabete. Lilian sugeriu

que o Tribunal pense em estipular um prazo para o fechamento do local.

A assessora jurídica da Associação levou ao presidente o pleito dos servidores contratados pela Lei 500 após o dia 2 de junho de 2007 e que, portanto, foram excluídos do SP Prev. O desembargador afirmou que o Tribunal poderá propor na Assembleia Legislativa um Projeto de Lei que modifique a Lei 1010/07 para reverter esta situação.

Por fim, as diretoras apresentaram ao presidente e seus assessores a pesquisa sobre a saúde dos servidores do TJ-SP que está sendo realizada em parceria com as entidades Assojubs, Assojuris e Affcos. Falaram sobre a importância e finalidade do projeto. Sartori mostrou entusiasmo e acenou com a possibilidade de o Tribunal organizar uma palestra com as pesquisadoras responsáveis pelo projeto, Edith Seligmann-Silva e Agda Delia.

A Diretoria da AASPTJ-SP avaliou a reunião com o presidente como bastante satisfatória, principalmente pela receptividade aos pleitos apresentados.



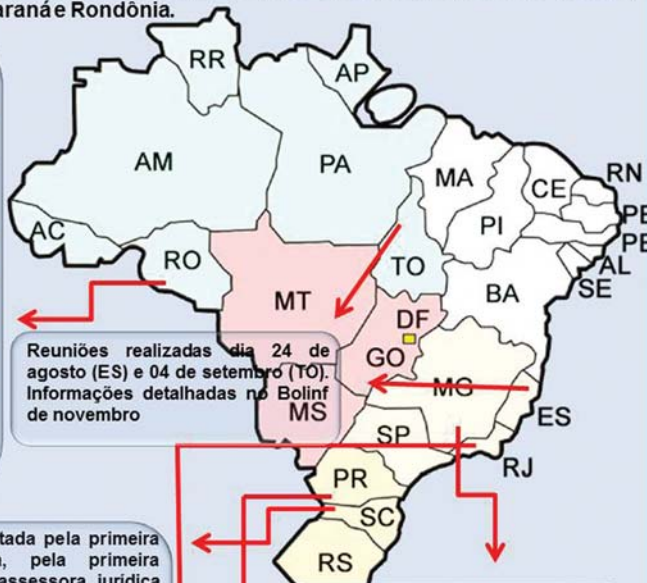
AASPTJ-SP discute associação nacional com outros Estados

A AASPTJ-SP já iniciou as discussões para a criação de uma associação nacional de assistentes sociais e psicólogos do sistema sociojurídico. Aproveitando a participação e apoio em eventos realizados em outros Estados, diretores da Associação realizaram diversas reuniões para debate da questão. Até o momento, os Estados visitados foram Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná e Rondônia.

A primeira secretária da AASPTJ-SP, Maria Helena Corrêa, participou do I Colóquio sobre Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes, realizado na cidade de Porto Velho/RO, no mês de maio. Após presenciar a discussão dos importantes temas no evento, Maria Helena reuniu 40 colegas do Estado para falar sobre a possibilidade de uma associação nacional. 36 assistentes sociais e psicólogos dos Tribunais de Justiça, Defensorias Públicas, entre outros, assinaram a ata da reunião com o registro do interesse dos colegas daquele Estado de comporem, através de representação estadual, a direção da associação nacional.

A diretoria da AASPTJ-SP, representada pela primeira secretária, Maria Helena Correa, pela primeira tesoureira, Esther Katayama, pela assessora jurídica Sonia Guerra e pela assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva, estiveram em um evento promovido pela Associação Catarinense de Assistentes Sociais do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. Esther se reuniu com os psicólogos do TJ para discussão da associação nacional. 27 profissionais assinaram uma ata comprometendo-se a levar a discussão para os colegas em seus locais de trabalho.

No dia 22 de junho, a AASPTJ-SP esteve em Londrina, onde foi parceira no evento "Políticas Sociais e o Judiciário: Proteção de Direitos da Criança e do Adolescente", que ocorreu na Universidade Estadual de Londrina. Aproveitando a ida ao evento, membros da diretoria e assessoria promoveram uma reunião com profissionais das áreas do Serviço Social e da Psicologia, trabalhadores no sistema sócio jurídico do Tribunal de Justiça do Paraná, Fundação Casa, Ministério Público e CREAS da região de Londrina, para discutir a possibilidade de adesão à criação de uma Associação Nacional no Campo Sócio Jurídico.



Reuniões realizadas dia 24 de agosto (ES) e 04 de setembro (TO). Informações detalhadas no Bolinf de novembro

No dia 15 de junho a AASPTJ-SP foi parceira no evento Escuta Judicial para proteção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em Belo Horizonte, direcionado aos profissionais de Serviço Social e da Psicologia que atuam no Tribunal de Justiça. Em seguida, Maria Helena Correa e Esther Katayama, primeira secretária e primeira tesoureira, fizeram uma reunião com os profissionais sobre a associação nacional. Os colegas mostraram-se bastante interessados em aderir.

Em abril, a presidente, Elisabete Borgianni, esteve no Rio de Janeiro para participar, como palestrante, do II Encontro de Psicólogos e Assistentes Sociais do Campo Sociojurídico. Acompanhada pelas diretoras Maria Helena e Esther e pelas assessoras Vilma, Wanderli e Dra Sonia discutiu com profissionais de lá sobre a criação da associação nacional. Eles ficaram de levar a ideia para seus colegas e discutir a participação.

que respeite os princípios e o projeto ético-político das profissões no contexto judiciário, e que seja eficaz na garantia de direitos.

Participaram do evento Maria Helena Correa e Esther Katayama, primeira secretária e primeira Tesoureira da AASPTJ-SP, respectivamente. Leonardo David Rosa Reis, presidente do Cress-MG; Robson Campos, psicólogo judicial do TJ-MG e conselheiro do CRP-MG; Eunice Teresinha Fávoro, assistente social, especialista na área jurídica e doutora em Serviço Social; Leila Maria Torraca de Brito, professora associada do Instituto de Psicologia da UERJ, psicóloga e doutora em Psicologia; Daniel Adolpho Dantin Assis, advogado do CEDECA-Interlagos.

Ao final foi feito o lançamento do livro organizado pela AASPTJ-SP e pelo CRESS-SP: *Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes: a proteção de direitos segundo especialistas*.

Uma importante conquista resultou deste evento e da mobilização das categorias no Judiciário mineiro: o CRESS-MG e o CRP-MG conseguiram, em reunião com o TJ-MG, o compromisso de que os profissionais da Psicologia e do Serviço Social não farão inquirição judicial.

No dia 22 de junho, a AASPTJ-SP esteve em Londrina, também como parceira no evento "Políticas Sociais e o Judiciário: Proteção de Direitos da Criança e do Adolescente", que ocorreu na Universidade Estadual de Londrina.

O evento teve como objetivo debater propostas de ação para a proteção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A iniciativa foi direcionada para alunos do curso de Serviço Social, profissionais da Rede de Proteção de Direitos da criança e do adolescente, e ainda representantes dos conselhos tutelares. Participaram do evento a presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, o professor Sérgio Carlos de Carvalho, representante da reitora da UEL, a promotora Suzana Broglia Lacerda, do 6ª Vara Criminal, o promotor Márcio Luiz Bergantini, da Vara da Infância e Juventude de Londrina, Maria Isabel Pires, presidente do CRESS-PR Seccional

Londrina, a professora Jolinda de Moraes Alves, chefe do Departamento de Serviço Social e coordenadora do evento, e a ex-ministra e professora aposentada da UEL, Márcia Lopes.

Como palestrantes estavam presentes Daniel Adolpho Daltin Assis, advogado do CEDECA-Interlagos; Maria Helena Mariante Ferreira, Médica psiquiatra, psicóloga, assistente técnica da Equipe de Proteção do Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância (CEAPIA/RS); Aúrea Satomi Fuziwara, assistente social do TJ-SP; Jucimeri Isolda Silveira, assistente social, professora da PUC-PR e Fábio Brandão, juiz de Direito da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJ-PR.

AASPTJ-SP participa do evento Escuta Judicial para proteção de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Belo Horizonte e Londrina

No dia 15 de junho, a AASPTJ-SP foi parceira na construção do "Encontro estadual dos assistentes sociais e psicólogos judiciais de Belo Horizonte", que teve como tema a "Escuta judicial de criança e adolescente - Proteção de direitos, dever de todos".

Foi direcionado aos profissionais de Serviço Social e da Psicologia que atuam no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e teve como palestrantes especialistas que contribuíram para a reflexão sobre o desafio de construir uma prática

Em Pauta

PL 30 horas da Psicologia é aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família

No dia 22 de agosto, o Projeto de Lei 3.338/08, que regulamenta a jornada de 30 horas semanais de trabalho dos psicólogos, sem a redução de salários, foi aprovado por unanimidade, na Comissão de Seguridade Social e Família, na Câmara dos Deputados.

Relator do PL na Comissão, o deputado Eleuses Paiva se pronunciou diante dos presentes, com fala favorável à aprovação. De carona com o tom positivo do relator, diversos deputados fizeram questão de também se pronunciar a favor da jornada de 30 horas para a categoria.

Após não mais do que 20 minutos, o PL encerra sua tramitação naquela Comissão, com aprovação total. Por fim, o presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, Luiz Henrique Mandetta, que conduziu os trabalhos, elogiou o Projeto de Lei e falou da relevância social da profissão de psicologia, há 50 anos regulamentada.

“É função desta Casa Legislativa apoiar avanços nas questões trabalhistas. A causa da jornada de 30 horas para profissionais de psicologia é suprapartidária”, disse.

O PL ainda passará por outras comissões antes de ir a votação do Plenário.

Caravana em Brasília

No dia 3 de julho a AASPTJ-SP, representada pelos diretores Esther Katayama, primeira tesoureira, Paulo Eduardo Bezerra, segundo tesoureiro e as associadas Cristiane Calvo (São José do Rio Preto), Claudia Anaf (Varas Especiais da Infância e Juventude), Jéssica Oishi (Itaquera) e Cristina Pierre (Itú), esteve presente na Audiência Pública convocada pelo deputado federal Eleuses Paiva (PSD/SP), relator do Projeto de Lei 3.338/08 que aborda a redução da jornada de trabalho dos psicólogos.

Na audiência, também estiveram presentes os deputados Luiz Mandetta (DEM/MS), que presidiu a mesa, a deputada Erika Kokay (PT/DF), deputado Chico D'agnelo (PT/RJ), João Ananias (PCdoB/CE) e, o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

A mesa foi composta pelo presidente do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, Rogério Giannini, pela presidente da Federação Nacional dos Psicólogos,



Fernanda Magano e pelo representante da Confederação dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Laboratórios Clínicos, Eduardo Bueno da Fonseca Perillo.

Nos debates e argumentações, a predominância girou em torno dos benefícios e viabilidades que se darão com a redução da jornada de trabalho dos psicólogos sem a redução salarial, as questões da condição e qualidade de atendimento ao público, a saúde do trabalhador e a qualificação continuada. Eduardo Perillo que, representando interesses médicos e capitalistas, fez sua exposição calcada na inviabilidade da redução da jornada de trabalho, pois, segundo ele, certamente haveria um prejuízo financeiro que deverá ser resposto e assumido pelo contribuinte.

Outro ponto alto do debate e esclarecimento que se deu na audiência foi a explicação dada pelo relator do projeto quanto à lamentável postura e covarde manobra política cometida na sessão do dia 27 de junho, quando estava em votação a jornada de 30 horas dos enfermeiros. A categoria obteve verbalmente apoio de um grande número de deputados, mas, quando iniciada a votação, houve um esvaziamento deliberado que, segundo se observou, deveu-se às orientações da presidente Dilma Rousseff e do Ministro da Saúde, que alegaram que a aprovação dessa Lei afetaria significativamente o orçamento da Casa.

Com informações do Sindicato dos Psicólogos

AASPTJ-SP na semana do trabalhador em Marília

No dia 04 de maio, a segunda secretária, Mônica Carteiro, e a conselheira fiscal, Mônica Giacomini, participaram do evento promovido pelo Serviço Psicossocial Clínico de Marília, que abordou diversos temas de interesse dos trabalhadores, apresentados por especialistas, dentre eles a Dra. Renata Paparelli, professora e supervisora de estágios em Saúde do Trabalhador e doutora em Psicologia Social.

Também estiveram presentes Dirceu Lopez, representante da ASSOJURIS em São Paulo, e Maurício Queiroz, presidente da AFFOCOS. O companheiro Hugo Coviello, da ASSOJUBS, não pôde comparecer devido a compromissos da entidade na comarca de Santos.

Na ocasião, foi divulgada a pesquisa **Saúde e Trabalho no Tribunal de Justiça de São Paulo: um estudo qualitativo das condições de vida e física de funcionários**. A pesquisa, feita em parceria com as quatro entidades, e coordenada pela socióloga Agda Delia, com a consultoria da Dra. Edith Seligmann-Silva, possibilitará conhecer mais profun-

damente aspectos do trabalho que podem provocar desgaste e sofrimento, o que muito contribuirá para a fundamentação de nossas reivindicações junto à direção do TJ.

Na palestra sobre condições de trabalho e adoecimento, a Dra. Renata contextualizou as questões vividas pelos trabalhadores e reforçou a importância de que elas sejam enfrentadas coletivamente, pois a força do movimento organizado pode transformar o sofrimento que paralisa em força impulsionadora de movimento. É nesse sentido que iniciativas como a da pesquisa favorecem o resgate de nossa potência.

Mônica Carteiro, segunda secretária

CNJ inicia inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo e ouve entidades

No dia seis de agosto a ministra corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, iniciou a primeira etapa da inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo. A AASPTJ-SP, por meio de sua presidente, Elisabete Borgianni, acompanhou a abertura dos trabalhos.

Em coletiva concedida à imprensa, a ministra esclareceu que devido à grandiosidade do Estado, a inspeção será dividida em quatro etapas. Eliana, que deixa o cargo no próximo mês participará da primeira fase, que se dará durante esta semana. Nesta etapa, a equipe do CNJ vai verificar as áreas de pessoal, licitações e contratos administrativos, o Fundo Especial do Poder Judiciário e a execução orçamentária, o setor de precatórios e os procedimentos administrativos e disciplinares da Presidência e da Corregedoria-Geral do TJ-SP.

De acordo com Eliana as principais reclamações sobre o TJ-SP são o atraso no trâmite dos processos. Quanto à corrupção, as denúncias geralmente são de conluio entre juízes e advogados. O presidente do Tribunal, desembargador Ivan Sartori, e a ministra salientaram, no entanto, que de todas as denúncias que chegam ao Conselho, cerca de 2% realmente são alvo de investigação. Segundo Sartori, dez juízes já foram afastados em um ano e meio.

A ministra afirmou que a inspeção em São Paulo foi possível graças à mudança de postura da atual gestão do TJ que se mostra mais receptiva do que as anteriores. “Quando viemos a São Paulo pela primeira vez diagnosticamos diversos problemas, especialmente quanto ao pagamento de precatórios”, disse. “Demos um tempo para que o TJ pudesse se reorganizar e agora iniciaremos uma nova inspeção”, esclareceu.

Veja depoimento de Eliana Calmon e Ivan Sartori durante a coletiva de imprensa no site da AASPTJ-SP.

Eliana Calmon recebe entidades

Na segunda à noite, Eliana Calmon recebeu as entidades representativas dos servidores do



Judiciário paulista, para ouvir reivindicações da categoria.

A ministra iniciou a reunião explicando que o CNJ notou “um verdadeiro fosso entre o Tribunal paulista e seus servidores durante muito tempo”. “Não podemos deixar que isto continue ocorrendo”, afirmou.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, parabenizou a ministra por todo o seu trabalho e falou sobre o futuro das investigações do CNJ. “Tememos que com a saída da senhora, este trabalho pare. As entidades trazem uma série de documentos sobre como o Tribunal administra seu orçamento na tentativa de criarmos com o CNJ uma forma desta investigação continuar”, expôs.

Os representantes dos servidores solicitaram à ministra que o CNJ possa mediar um acordo entre as entidades e o TJ de pagamento do passivo devido aos servidores. Eliana solicitou que as entidades documentassem suas solicitações e entregassem a ela.

Além do pagamento dos atrasados, as entidades também protocolaram junto ao juiz auxiliar do CNJ Eivaldo Ribeiro dos Santos documento postulando a regularização do enquadramento dos salários da categoria frente ao Plano de Cargos e Carreiras dos servidores do Judiciário paulista.

De acordo com a ministra, terminada a primeira fase da inspeção o Conselho deve divulgar um balanço. Aguarde informações!



Jurídico

Vitória dos psicólogos incluídos no SP Prev por decisão judicial transitada em julgado

No dia 03 de agosto p.p. foi realizada na sede da associação uma reunião com os associados que ingressaram no TJ-SP depois de junho de 2007 e que no ato de nomeação foram incluídos no regime geral da previdência (INSS). Dela participaram 26 associados, que foram recebidos por Esther Katayama, diretora da AASPTJ-SP, bem como pela assessora jurídica Sonia Guerra, e a assessora da diretoria, Vilma Regina da Silva.

A reunião foi uma iniciativa da psicóloga Cirene Pereira Alves, do fórum de Marília, com a finalidade de discussão sobre as ações judiciais e administrativas que tem sido encampadas pela AASPTJ-SP para garantir a inclusão dos associados no regime próprio (SPPREV).

Na ocasião a assessoria jurídica informou todas as providências que foram tomadas pela associação desde junho de 2007 perante o TJ-SP, Assembleia Legislativa e no âmbito judicial, depois de esgotadas as tentativas administrativas. A título informativo, para os associados que não puderam comparecer à reunião, a Associação disponibilizou em seu site o material que poderá ser acessado no link jurídico, com perguntas e respostas sobre as principais questões discutidas na reunião (veja no site da AASPTJ-SP/link Jurídico).

Na semana seguinte (10/08) a assessora jurídica tomou conhecimento do resultado da ação interposta pelo primeiro grupo de psicólogos, que tramitava em segunda instância. Neste caso, dez psicólogos tiveram a ação julgada procedente; a Fazenda Pública

entrou com recurso de Apelação e os autores da ação entraram com a defesa. O TJ-SP, manteve a decisão de primeira instância, reconhecendo, mais uma vez, o direito à inclusão no SPPREV. A decisão se tornou definitiva, em razão do seu trânsito em julgado, e o processo retornará para primeira instância, para as providências da inclusão do grupo.

O resultado embora beneficie apenas os participantes do grupo, inegavelmente representa importante precedente em favor dos demais associados que estão participando de outras ações idênticas, em trâmite, pois, ao ingressar com a primeira ação, nada tínhamos além da nossa tese que sustentava o direito; hoje temos também em nosso favor, o entendimento do TJ-SP sobre o direito pleiteado pelos servidores que foram excluídos do regime próprio. Essa decisão será juntada nos respectivos processos, para reforçar os pedidos de inclusão no SPPREV.

A AASPTJ-SP, em cumprimento ao seu papel institucional, além das providências judiciais, mantém a luta política em favor de seus associados para reverter a situação. Nesse sentido, em audiência realizada com o Presidente do TJ-SP em data de 24 de julho p.p. Elisabete Borgianni, presidente da associação, solicitou ao Des. Ivan Sartori providências junto ao governador para a elaboração de um projeto lei alterando a LC 1010/07, para sanar o prejuízo sofrido pelos servidores excluídos do regime próprio.

Sônia Guerra, assessora jurídica

Em Pauta

TJ-SP e entidades discutem projeto do Instituto da Remoção

No dia 26 de junho a Comissão de Plano de Cargos e Carreiras composta por representantes das entidades esteve reunida com membros do TJ-SP para discussão do projeto do Instituto de Remoção elaborado pelas entidades e pela Secretaria de Recursos Humanos do Tribunal. A AASPTJ-SP foi representada pela presidente, Elisabete Borgianni, e pela assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva. Pelo Tribunal, participaram os juízes assessores da Presidência Silvana Amneris Rolo Pereira Borges e Roberto Chiminazzo Júnior, o assessor Kauy Carlos Lopérgolo de Aguiar e a secretária do SRH Lilian Salvador Paula.

De modo geral, entidades e Tribunal concordaram com o texto do projeto ficando apenas três pontos que ainda precisam ser analisados. Os juízes fizeram



algumas propostas que serão levadas a todas as entidades pela comissão. Após a discussão entre os representantes dos servidores, nova reunião será marcada no TJ. Aguarde informações!

AASPTJ-SP

AASPTJ-SP discute Cevat com associados

No dia 25 de abril, a AASPTJ-SP reuniu-se com alguns associados e com a diretoria do Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do TJ-SP para discussão sobre o Centro de Visitas Assistidas do Tribunal de Justiça – Cevat.

Os assistentes sociais e psicólogos presentes trouxeram uma série de problemas relacionados ao “Visitário”, como a ausência de condições éticas e técnicas para a realização do trabalho, a falta de segurança do local, a inadequação dos procedimentos da própria Justiça nos casos de graves violações do direito à convivência de crianças e adolescentes com seus familiares, o desrespeito às prerrogativas profissionais dos assistentes sociais e psicólogos e o descaso do Tribunal com essa realidade.

Um encaminhamento importante da reunião foi a proposta da diretora do Núcleo, Ana Cristina Amara de Moura, de o Núcleo sugerir ao TJ de cessar novos casos ao Cevat enquanto se rediscute a sua continuidade ou não como serviço ou a realização de adequações necessárias.

Enquanto o Núcleo faz os estudos para poder encaminhar essa proposta, a AASPTJ-SP fará gestões junto aos setores responsáveis para que sejam efetivadas ações que realmente protejam os direitos de todos os envolvidos (técnicos, partes em litígio, crianças e adolescentes, etc.)

Os associados também questionaram o critério de convocação para o plantão. A AASPTJ-SP irá interpor a Secretaria de Recursos Humanos do TJ sobre isso e sugerir que os plantões sejam informados com 30 dias de antecedência.

No dia 9 de maio aconteceu uma segunda reunião. Desta vez foi criada uma comissão para estudar e elaborar um documento entregue no TJ-SP. As discussões continuarão. Aguarde notícias!

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2ª Tesoureira – Paulo Eduardo Bezerra

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão – Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Mônica Carteiro, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2ª andar
Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3256-5011; E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br;
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.